PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução do Conselho do Governo n.º 16/2016 de 15 de Janeiro de 2016

De acordo com o n.º 5 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na última redação efetuada pelo artigo 35.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, a atribuição de uma remuneração complementar a auferir pelos trabalhadores do setor público empresarial regional e a respetiva tabela faz-se nos termos a determinar em resolução do Governo Regional.

Assim, nos termos das alíneas d) e h) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterado e republicado pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro e n.º 5 do artigo 11.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na última redação efetuada pelo artigo 35.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, o Conselho do Governo resolve:

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

A presente resolução visa proceder à atribuição para o ano de 2016, nos termos da tabela anexa à presente resolução, da remuneração complementar regional prevista no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na última redação efetuada pelo artigo 35.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, aos trabalhadores do setor público empresarial regional das empresas de transporte aéreo de passageiros e carga, gestão de aeródromos, gestão de portos comerciais e energético.

Artigo 2.º

Montante

Para efeitos de atribuição da remuneração complementar regional são tidas em conta as remunerações totais líquidas mensais, em conformidade com a tabela anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a 1 de janeiro de 2016.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 13 de janeiro de 2016. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

Tabela Remuneração Complementar de janeiro 2016 a março de 2016		
Escalões de Remuneração Complementar	Limites de Atribuição	Percentagens de Atribuição

1.º	de 1.500,01 € a 1.944,00 €	2,145%
2.º	de 1.944,01 € a 3.925,00 €	10,614%-165,82/R
3.º	A partir de 3.925,01 €	6,382%
Tabela Remuneração Complementar de abril 2016 a junho de 2016		
Escalões de Remuneração Complementar	Limites de Atribuição	Percentagens de Atribuição
1.º	de 1.500,01 € a 1.944,00 €	1,420%
2.º	de 1.944,01 € a 4.000,00 €	6,838%-106,83/R
3.º	A partir de 4.000,01 €	4,166%
Tabela Remuneração Complementar de julho 2016 a setembro de 2016		
Escalões de Remuneração Complementar	Limites de Atribuição	Percentagens de Atribuição
1.º	de 1.500,01 € a 1.944,00 €	0,705%
2.º	de 1.944,01 € a 4.100,00 €	3,304%-51,63/R
3.º	A partir de 4.100,01 €	2,040%

R = Remuneração total ilíquida mensal